COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

REQUERIMENTO

(Do Sr. DOMINGOS SÁVIO)

Requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, para debater a importância do trabalho dos despachantes e documentalistas para o país e a importância de se corrigir a legislação federal assegurando ao CFDD - Conselho federal de despachantes e documentalistas a condição de entidade de direito público.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública desta Comissão, para debater a importância do trabalho dos despachantes e documentalistas para o país e a importância de se corrigir a legislação federal assegurando ao CFDD - Conselho federal de despachantes e documentalistas a condição de entidade de direito público.

JUSTIFICAÇÃO

A profissão de despachantes e documentalistas existe há mais de um século e é fundamental para o atendimento de milhões de brasileiros que utilizam seus serviços, e também é importantíssima para o bom funcionamento dos servidos públicos pois são eles que agilizam e solucionam uma série de serviços que, devido à enorme burocracia do serviço público, seriam praticamente inacessíveis para muitos sem o serviço dos despachantes.

Ocorre que existe uma anomalia injusta e até mesmo absurda pois, entre todos as dezenas de conselhos profissionais criados por lei, o ÚNICO que não é de direito público é o conselho dos despachantes, o que lhe traz prejuízos e principalmente prejuízos a sociedade, visto que para um órgão exercer o controle do exercício profissional, este deve ter a autoridade de uma autarquia de direito público, tendo em vista ser uma delegação de poder e, para seu exercício pleno, deve ser caracterizada como as demais profissões como autarquia de direito público. Isto dará mais segurança jurídica aos despachantes e aos cidadãos que usam de seus serviços, impedindo entre outras coisas uso indevido da profissão e especialmente o exercício ilegal da profissão. Ganham os despachantes e ganha a sociedade com isto.

Assim, é fundamental debater esse assunto no âmbito da Comissão de Viação e Transportes, a fim de analisar a melhor maneira de formalizar essa pretensão.

Para tanto, sugiro que sejam convidados:

- 1 Maurício José Alves Pereira Diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran);
- 2 Antônio Carlos Gouveia Presidente da Associação Nacional dos Detrans (AND);
- 3 Gilberto Alvim Presidente do Conselho Nacional dos Despachantes Documentalistas do Brasil (CRDD/BR);
- 4 Chrispim José da Silva Presidente do Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas de Minas Gerais (CRDD/MG).

Sendo o tinha a expor, peço que esta Comissão aprove o presente requerimento de audiência pública.

Sala da Comissão, em 28 de junho de 2018.

Deputado **DOMINGOS SÁVIO PSDB/MG**